

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE: A PROFISSÃO ENTRE A DÉCADA DE 1970 ATÉ A CRISE SANITÁRIA PANDÊMICA

Isabela Zane Ferreira¹
Lucimara Nabozny²

Resumo: O breve discurso decorrente envolve uma discussão quanto ao contexto atual da crise sanitária global. Ele foi organizado por duas assistentes sociais e fundamentado pelo ponto de vista do Serviço Social da saúde, com apontamentos sobre os aspectos do presente por meio do olhar ao processo histórico do passado recente, trazendo à luz elementos relacionados à década de 1970 e ao ápice na consolidação dos direitos constitucionais, em 1988, ao mesmo tempo em que pondera a relação entre a profissão do Serviço Social com o movimento pela Reforma Sanitária e a consolidação do SUS no âmbito da saúde pública. A propulsão para a construção apoiou-se em uma narrativa consistida de um bate-papo cotidiano, entre pais e filhos, referente às limitações enfrentadas por um sujeito em risco social e suas tentativas para garantir autoproteção em meio a pandemia. Nesse sentido e com a perspectiva de desvelar o latente que a ordem vigente cisma em ocultar, as pontuações do exposto refletem sobre como as (os) assistentes sociais se instrumentalizam e realizam suas leituras para propor intervenções no espaço da saúde diante à vivência pandêmica.

Palavras-chave: Crise Sanitária; Serviço Social na Pandemia; Saúde Pública.

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Padre João Bagozzi (2018). Atualmente finalizando a Especialização em Análise Ambiental, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em andamento com a Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Hospital Universitário Regional (HU-UEPG). E-mail: szane.3@gmail.com. (<http://lattes.cnpq.br/5808009071997591>).

² Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2005), e Graduação em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013). Experiência na Prática Profissional do Serviço Social na área da Saúde, gestão, planejamento e ações educativas. Experiência em docência de História em ensino público de nível fundamental e médio. Especialista em Práticas interdisciplinares junto às famílias. Especialista em Gestão de Políticas Públicas. Especialista em História, arte e cultura pela UEPG. Atuação em Serviço Social Hospitalar junto ao setor de neonatologia e obstetrícia. Preceptora de Residência Multiprofissional em Neonatologia (HU-UEPG). Trabalho social com famílias, com ênfase em culturas e identidades dos sujeitos e instituições. Mestre em História pela UEPG (2018). Professora Colaboradora no Departamento de Serviço Social UEPG. Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas UEPG. E-mail: lucinabozny@gmail.com. (<http://lattes.cnpq.br/6662506509027068>).

SOCIAL SERVICE AND HEALTH: THE PROFESSION BETWEEN THE 1970S UNTIL THE PANDEMIC HEALTH CRISIS

Abstract: The resulting brief discourse involves a discussion about the current context of the global health crisis. It was organized by two social workers and based on the point of view of the Social Service of health, with notes on aspects of the present by looking at the historical process of the recent past, bringing to light elements related to the 1970s and the apex in the consolidation of constitutional rights in 1988, at the same time that it ponders the relationship between the profession of Social Service with the movement for Health Reform and the consolidation of the SUS in the field of public health. The propulsion for construction was based on a narrative consisting of a daily chat, between parents and children, regarding the limitations faced by a subject at social risk and his attempts to ensure self-protection in the midst of the pandemic. In this sense, and with the perspective of unveiling the latent that the current order is trying to hide, the scores of the exposed reflect on how the social workers instrumentalize and perform their readings to propose interventions in the health space in face of the pandemic experience.

Keyword: Health Crisis; Pandemic Social Service; Public Health.

Apresentação

As reflexões discurridas no texto nasceram de uma conversa espontânea entre as autoras, duas assistentes sociais que trabalham dentro de um hospital referência para o atendimento às pessoas infectadas por covid 19, caracterizando intensamente o Serviço Social como uma profissão da saúde.

Apropriar-se da realidade pela perspectiva apurada é uma prerrogativa da categoria profissional, em que o atual contexto nos tornou uma espécie de olhos dos hospitais e outras instituições de saúde, uma vez que nosso ponto de vista, construído pela formação e fazer profissional, não permite limitações às realidades e às temporalidades apresentadas no imediato.

Refletindo sobre o serviço social como uma profissão que constrói seu aporte teórico em campos diversos, tal como exemplo da sociologia, da

antropologia, da psicologia, entre outras áreas, poderíamos também nos aproximar de conceitos historiográficos para analisar nossa leitura de mundo enquanto profissionais que estão muito próximos do cotidiano dos sujeitos em suas vidas ordinárias.

Nesse desafio, podemos partir de alguma aproximação com a micro-história, que Ginzburg³ conceitua como aquela que enfoca o sujeito, e a macro-história que possibilita a construção de generalizações. De modo que não pretendemos adentrar em discussões teóricas mais aprofundadas, arrisca-se dizer que o serviço social em sua proposta de análise dialética da sociedade busca a mediação entre o macro e o micro. Assim, olhar para um relato de um sujeito que expressa uma observação cotidiana, tanto para assistentes sociais como para historiadores, não significa apenas olhar para o indivíduo, mas para o universo de relações que ele se enreda.

Ao examinar a pandemia e suas consequências na vida social tão desigual, surgiu também uma história do cotidiano, contada a partir da observação realizada pelo *pai da Isa*, sobre um homem, na rua, com máscara, porém suja. A narrativa despreziosa não passou despercebida pelas assistentes sociais. Desse modo, analisando as significações quanto às tentativas do sujeito em tentar proteger-se de algo, que talvez não compreenda por inteiro, entende-se que esta não é uma história individual, mas uma realidade que envolve muitos brasileiros.

Pensar nesse sentido engloba a profissão do assistente social na saúde como um movimento que, por certo, aproxima-se da ferramenta da escuta. Assim, sendo o serviço social investigativo e interventivo, compreende-se sobre a impossibilidade da transformação de algo que não é conhecido, considerando então que o intento nesse escrito tem como caminho entender a forma que a profissão olha para a saúde pública e para sua

³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

inserção dentro do trabalho na saúde. Uma vez que esse caminhar pode vir a se tornar propulsor para que as observações ultrapassem o âmbito hospitalar para percorrer as ruas observadas por nós ou nossos próximos.

Dessa forma, tem-se em vista que nada disso ocorre de forma disjunta. Portanto, as causas e as consequências sociais da pandemia não podem ser entendidas por fatos isolados ou fragmentados, necessitando de um olhar totalizador e discussões abrangentes.

Pensando o Brasil em tempos de Covid 19

O mundo conhecido hoje vive uma situação atípica que vem modificando as interações entre os indivíduos, principalmente no que diz respeito ao âmbito da higiene e cuidados com a saúde. O que se preza atualmente está correlacionado com a correta e constante lavagem das mãos, com o adequado preparo dos alimentos, com a utilização de água limpa para uso e/ou consumo, entre outros aspectos que têm sido destacados como essenciais para a prevenção e a proteção contra o novo *coronavírus*.

No entanto, ao observar o contexto brasileiro, nota-se dificuldades significativas que impedem a concretização dessas medidas. Pois, com a desigualdade social e os indivíduos inseridos em situação de vulnerabilidade, carecendo de recursos e de acessibilidade aos direitos, ainda sem o amparo do Estado, vê-se que não há viabilidade para realizarem as próprias proteções, ao passo que a disparidade entre as classes é colocada em evidência e a desproteção de uma parcela da população se torna nítida.

A crise sanitária instaurada em nível mundial, concebida como um agravamento emergido pelas entranhas do sistema capitalista e propiciada pelas condições que o próprio modo de produção desenvolveu, tem

condicionado a preocupação da elite *mor* circundar em torno da proteção da propriedade, ao mesmo tempo em que fere os direitos humanos fundamentais, tal como o direito à vida⁴.

Desse modo e sob o olhar atento às interações microsociais das expressões da questão social, acentuadas no contexto pandêmico e atreladas ao macrossocial do sistema produtivo, delineia-se uma reflexão no âmbito da saúde pública brasileira, com o recorte estipulado aos processos históricos experimentados pela profissão do serviço social, paralelos à conformação do direito constitucional à saúde, considerando este o fruto advindo pela conquista do movimento da reforma sanitária na conformação do Sistema Único de Saúde (SUS), iniciado na década de 1970.

Os momentos incertos requerem que os olhares sejam direcionados ao passado a fim de retratá-los, visando superar os equívocos cometidos outrora e reconhecendo que a carência da reflexão crítica e do conhecimento sobre os fatos e as situações vivenciadas obscurecem a falta de humanidade, que tem sido retomada socialmente.

É nesse sentido, pensando na contenção da crise sanitária presente, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) adotou a medida de distanciamento social como prevenção da propagação do vírus. Assim, entre discórdias de grupos capitalistas preocupados com a redução da margem lucrativa, o Brasil destacou-se no âmbito de uma inconsistência política, em que a destituição dos direitos, a devastação ambiental e a desproteção dos cidadãos são estratégias atribuídas desde 2017 que, na

⁴ LOPES, Márcia Helena Carvalho; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. COVID 19 e a proteção social: a contribuição do sistema único de assistência social - SUAS. In: CASTRO, Daniel; et. al. (Org). *Capitalismo e a COVID 19: um debate urgente*. São Paulo: 2020. p. 125 - 138. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

atual conjuntura, apresentam a face mais nefasta aos que estão em situação de vulnerabilidade.

A história social das lutas de classe que vem bastante marcada pela obra do historiador Thompson, corrobora com a visão que assistentes sociais constroem em sua base teórica. Para ele, a experiência de classe é *determinada em grande medida pelas relações de produção*⁵, enquanto a consciência de classe é a “forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe”⁶.

Campanhas como *fique em casa* são de extrema valia para quem tem condições de praticar tal quesito. No entanto, uma significativa parcela populacional⁷ não usufrui de condições materiais que as mantenham no interior dos próprios domicílios. Portanto, permanecem nas ruas para o provimento dos alimentos diários e contínuos.

No contexto do momento a rua se tornou sinônimo de perigo, ao mesmo tempo em que se faz espaço de morada aos que não têm abrigo e de trabalho aos que dela retiram o próprio sustento ou de sua família. Assim,

⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000400005&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 15 de maio de 2020.

⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000400005&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 15 de maio de 2020.

⁷ Conforme o argumento de Santos, na América Latina cerca de 50% da classe trabalhadora mantém-se no emprego pelo setor informal, sendo dependente de um salário diário e carecendo de acessibilidade aos direitos trabalhistas. Além disso, 25% da população mundial vive em bairros informais que não possuem adequada infraestrutura e carecem de serviços essenciais, tais como do acesso a água, a eletricidade e ao saneamento básico. Dessa forma, a indicação da OMS pelo isolamento se torna impraticável e condiciona a população a não escolha entre “ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome” (p. 17). SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Grupo Almedina, Coimbra - PO, abril, 2020. p. 32. Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2020.

por mais que a ideologia dominante e as informações conflitantes obscureçam o que a realidade apresenta, a população vivencia nas ruas a desproteção do Estado⁸.

O Estado estimulado pelo modelo neoliberal vem assegurando algumas medidas protetivas à população. No entanto, os critérios rigorosos e excludentes fazem com que as débeis medidas não sejam acessadas por todos, além de que o baixo valor instituído impossibilita a satisfação das necessidades dos indivíduos⁹.

No âmbito da saúde pública, o reduzido número de leitos restringe o usufruto dos cidadãos ao direito constitucional, interferindo na materialização dos princípios doutrinários do SUS e impedindo a universalidade, a integralidade e a equidade da atenção à saúde¹⁰.

Além disso, anos de subfinanciamento do SUS e o congelamento dos gastos públicos durante 20 anos, com a PEC 95/2016, impediram e impedem a expansão plena de um sistema qualitativo. Embora o SUS seja exemplo da saúde pública brasileira, bem como a modalidade que atende maior parte da população em território nacional¹¹.

⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Grupo Almedina, Coimbra - PO, abril, 2020. p. 32. Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2020.

⁹ LOPES, Márcia Helena Carvalho; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. COVID 19 e a proteção social: a contribuição do sistema único de assistência social - SUAS. In: CASTRO, Daniel; et. al. (Org). *Capitalismo e a COVID 19: um debate urgente*. São Paulo: 2020. p. 125 - 138. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

¹⁰ MATOS, Maurílio Castro de. *A pandemia do coronavírus (COVID 19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde*. Rio de Janeiro, abril de 2020. p. 09. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2020.

¹¹ SOUSA, Fernando José Pires; et. al. Saúde Pública e a sua importância na luta contra a pobreza e a exclusão social. In: CASTRO, Daniel; et. al. (Org). *Capitalismo e a COVID 19: um debate urgente*. São Paulo: 2020. p. 65 - 73. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

Considerando esses apontamentos e enquanto categoria profissional no âmbito da saúde, que atua na mediação entre capital e trabalho, como os (as) assistentes sociais vêm realizando as leituras das expressões da questão social para propor intervenções que materializam seu Projeto Ético-Político diante do contexto pandêmico?

Distante em findar esse debate e refletindo sobre o período em que houve a participação da população brasileira nos enfrentamentos sociais e políticos, iniciado na década de 1970, com o ápice na Carta Magna e na consolidação dos direitos constitucionais, em 1988, em paralelo com a conformação da reconceituação do serviço social como profissão e o movimento da reforma sanitária em prol da saúde pública, atenta-se à correlação com o contexto presente.

Assim, alicerçada nesse pressuposto e considerando que o período constituinte foi consumido por um sentimento de solidariedade que estimulou a luta dos cidadãos e o reconhecimento próprio enquanto indivíduos de direito, a contextualização sócio-histórica e o foco da atenção em uma narrativa cotidiana possibilitam, como resultado do exposto, a construção de uma crítica reflexiva ao sistema produtivo e sua relação com o ambiente e participação social, sendo esses componentes fundamentais para se pensar em novas formas de socialidade e/ou projetos societários.

Um breve relato sobre a realidade cotidiana no enfrentamento ao Covid 19

Muitas vezes, a situação cotidiana passa por nós despercebida. Assim, a narrativa se torna uma prerrogativa que carrega em si elementos pertinentes para descortinar aspectos relevantes da sociedade.

A narrativa transmite a realidade e ainda, por meio dela, é possível deflagrar a disparidade entre as classes. Neste prisma, ela contribui para transparecer a dualidade brasileira e o distanciamento e/ou isolamento social mostra-se como inviável para todos, uma vez que significativa parcela da população permanece sem proteção.

Nesse sentido, podemos nos perguntar quantos sentidos diversos se inscrevem dentro da vida cotidiana das pessoas que não encontram meios de garantia das seguranças sugeridas pelo Estado. Tendo isto como perspectiva, a narrativa abaixo elucida a observação de um sujeito em risco social:

Se eu não me engano, foi naquele dia que nós fomos no banco. Eu saí com a Mel de noite, andei por vários lugares e quando passei na rápida com a Pedro Gusso, ali pertinho da igreja do Capão Raso, estava um cara pedindo dinheiro nos carros que param no sinaleiro, tanto da rápida, quanto da Pedro Gusso. Só que esse cara, na verdade, tá sempre por ali. Só que nesse dia, ele estava com uma máscara de pano no rosto.

Isso me chamou a atenção, mas já estava meio escuro, tipo 7 da noite, não lembro bem. Até me ocorreu que, com a máscara, ele poderia mais assustar do que ganhar atenção dos motoristas.

Enfim, ali na verdade, já é um local frequentado por ele. Já o vi por lá em outras ocasiões. É um cara barbudo (...) mais pra pedinte de sinaleiro do que aqueles totalmente mendigo que chegam a pegar comida em lixeira. Ele usa um chapéu tipo cowboy, mas bem baleado mesmo, sabe?

(...) Pelo jeito, ali é mais ou menos domicílio dele. (...) Eu lembro que a máscara estava encardida. Não tenho total certeza. Mas pelo que parece, devia ser isso mesmo. Com aparência de estar suja, mal ajustada na cara. (...) Apesar que eu acho que esse cara usava a máscara porque tá vendo todo mundo com máscara, acabou aparecendo uma na mão dele e ele achou interessante para os negócios. (RELATO 1)¹²

¹² Relato consistido pela perspectiva de um senhor de 61 anos, que atualmente trabalha como motoboy, durante uma conversa cotidiana no âmbito familiar entre pais e filhos, considerando a vivência pandêmica propiciada pelo Covid 19, sendo fonte motivadora da presente reflexão e combustão propulsora para a construção do artigo.

A narrativa acima, por nós denominada *relato do pai da Isa*, como já mencionada, chamou a atenção das assistentes sociais. Entendemos que tanto a narrativa, sua reprodução nesse artigo e as maneiras que conduzimos as análises são carregadas das nossas intencionalidades.

Na construção das reflexões, em nossa categoria profissional, precisamos nos compreender interessados nesse episódio da vida cotidiana. Assim, focar nesse sujeito, nos compele a pensar sobre quantas diferentes oportunidades de autocuidado existem entre nós e esse *outro* observado, que compartilha um mesmo tempo histórico e que também vive o medo da pandemia, buscando inserir-se nas anunciadas medidas de proteção sem encontrar as condições objetivas de vida, que estão historicamente construídas em uma sociedade desigual.

Uma máscara *encardida* certamente está longe de ser uma medida protetiva suficiente. Mas ainda que essa máscara não garanta sua segurança, esse homem a utiliza, e, diante disso, busca sua inscrição num tecido social. Mesmo não nos parecendo ser a pandemia o maior dos problemas vivenciados por esses sujeitos, por vezes desprovidos dos mínimos necessários para a vida, ainda assim os movimentos históricos que os cercam são dotados de sentidos e buscas de alternativas.

O relato referido no texto, por mais que se apresente de maneira individual, representa um conjunto social. Pois a menção sobre um sujeito possibilita a ampliação da observação a um grupo que está iminentemente em risco, diante de outras inúmeras vulnerabilidades e ainda mais expostos a esse novo elemento que tem assolado a sociedade.

Isso somado à dificuldade de acessibilidade aos direitos essenciais e ao esgotamento do sistema público de saúde, leva-nos a refletir sobre, se caso venham adoecer, haverá um sistema de saúde para lhes atender? Para além disso, a preocupação com a população mais vulnerável à

contaminação ultrapassa o patamar do adoecimento, visto que insere o elemento para a reflexão de um período pós internamento, ou seja, para a recuperação e enfrentamento diante das sequelas promovidas pelo vírus. Uma vez que, sem um lugar com condições de segurança e proteção, não há viabilidade para a restauração e/ou manutenção da saúde.

Desse modo, nosso questionamento volta-se para entender se haverá por parte do Estado a prestação de serviços adequados para a proteção da população em intensa exposição? Ou se ainda continuarão sendo lançados à própria sorte com a espera de que a sociedade civil se organize em prol da proteção às vulnerabilidades?

Nesse período de distanciamento e/ou isolamento social tem retornado a falácia sobre a solidariedade. Sendo este um conceito delicado que necessita de uma reflexão mais apurada para não recair em ações assistencialistas e atenuantes da questão. Além de que, é preciso cuidado para que não sobrecarregue o restante da população como se isso fosse obrigação do cidadão.

Considerando que pela constituição federal de 1988 a proteção social é um dever assegurado pelo Estado, torna-se inadiável a cobrança para que esse órgão reassuma o seu papel frente à proteção dos cidadãos, uma vez que há tempos vem inviabilizando a população, ao passo em que os sujeitos padecem pela negligência de atenção. Portanto, é o momento de que as políticas públicas efetivamente entrem em ação em prol dos indivíduos coletivos, ao invés de favorecimento aos grupos específicos.

Aqui, neste relato, observamos um grupo que tem sido invisibilizado. Mas que existe e resiste às violações de direitos e às desproteções do Estado, ao passo que por maneiras próprias buscam sua proteção diante do receio pela infecção.

Embora não tenhamos clareza de como vem sendo distribuída a oferta de informação às diferentes camadas populacionais, somos conscientes de que nem todos recebem conhecimento sobre a questão do novo vírus e/ou formas de proteção. No entanto, não deixam de realizar ações que observam ao redor nas atitudes de outras populações.

Breve retrato do serviço social no âmbito da saúde na década de 1970

Deparado com o cenário da crise mundial do capital que outrora instalava-se, a pandemia atual colocou em xeque a exploração em demasia. Assim, com o capital estagnado e os detentores da ideologia hegemônica alarmados, Martins¹³ argumenta que o covid 19 está propiciando uma devastação social e econômica de forma desigual, que no Brasil ainda desvela as variadas formas de carências e necessidades dos sujeitos.

A proteção social assegurada como um direito constitucional representa a conquista da sociedade civil no interior do embate entre as classes, sendo motivada no Brasil pelo progressivo interesse e reconhecimento por direitos desde a década de 1970¹⁴.

A década supracitada, repleta por condições objetivas, também possibilitou com que diversas categorias profissionais reformulassem suas

¹³ MARTINS, José. O capitalismo em coma induzido. *Revista Crítica da Economia*, abril, 2020. p. 14. Disponível em: <https://criticadaeconomia.com/2020/04/o-capital-em-coma-induzido/>. Acesso em 10 de maio de 2020.

¹⁴ LOPES, Márcia Helena Carvalho; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. COVID 19 e a proteção social: a contribuição do sistema único de assistência social - SUAS. In: CASTRO, Daniel; et. al. (Org). *Capitalismo e a COVID 19: um debate urgente*. São Paulo: 2020. p. 125 - 138. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

atuações interventivas. Nesse sentido, como uma profissão inserida na divisão sócio-ocupacional do trabalho, o serviço social vivenciou um período endógeno de discussão e proposição, que culminou no *Movimento de Reconceituação* em paralelo às ocorrências da conjuntura social, econômica e política¹⁵.

O assistente social, caracterizado como profissional da saúde pelas resoluções 218/97 do Conselho Nacional da Saúde (CNA) e 383/99 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), acompanhou a trajetória histórica da saúde pública desde meados do século XIX¹⁶.

No âmbito da saúde, a inserção qualificadora da atuação profissional do assistente social iniciou a partir da década de 1970, período em que a saúde pública englobou a concepção ampliada referente ao processo saúde/doença e possibilitou o avanço dos assistentes sociais, considerando que a particularidade profissional englobava os condicionantes sociais de saúde e identificando que outras situações se relacionam com o processo de adoecimento¹⁷.

Na década acima, houve ainda o marco da crise estrutural do capital em que a fusão entre capital industrial e financeiro associada com a mundialização do sistema capitalista decorreu da reorganização global e

¹⁵ BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. O projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, A. E. et. al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 199–215. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-3.pdf. Acesso em 05 de maio 2020.

¹⁶ BEZERRA, Suely de Oliveira; ARAÚJO Maria Arlete Duarte. A Inserção do Assistente Social no Complexo Hospitalar e de Atenção à Saúde da UFRN no Contexto da Agudização da Questão Social. *Revista Serviço Social*, Londrina, 2005, p. 07. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_suely.htm. Acesso em 05 de maio de 2020.

¹⁷ BEZERRA, Suely de Oliveira; ARAÚJO Maria Arlete Duarte. A Inserção do Assistente Social no Complexo Hospitalar e de Atenção à Saúde da UFRN no Contexto da Agudização da Questão Social. *Revista Serviço Social*, Londrina, 2005, p. 07. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_suely.htm. Acesso em 05 de maio de 2020.

propiciou um sistema em que a superprodução se tornou permanente, ao mesmo tempo que disseminou antagonismo e disparidade nas sociedades¹⁸.

Nesse mesmo período, o Brasil vivenciou o regime da ditadura militar sob o comando de um governo repressivo, corporativista e clientelista que almejou interesses diversos não correspondentes às necessidades dos sujeitos coletivos, expressando sua ineficiência com o aumento da desigualdade, da miserabilidade e precariedade das condições de vida¹⁹.

Contudo, a insatisfação e as dificuldades materiais objetivas para a reprodução das próprias vidas, expressaram-se pelos cidadãos através das manifestações de distintos movimentos sociais conclamando pela inclusão participativa nas ações da agenda pública.

Dessa maneira, a noção de igualdade, o sentimento de pertencimento, a solidariedade e outras características referentes ao conceito de cidadania²⁰, impulsionaram a luta por um país com garantia de direitos sociais, dentre os quais a Reforma Sanitária constituiu-se pelo movimento em prol da saúde pública para toda população brasileira,

¹⁸ NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: *III ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE"*. 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010, Serpa, Portugal. Disponível em:

<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/politica-social-ii/uma-face-contemporanea-da-barbarie-netto-j.p/view>. Acesso em 10 de maio de 2020.

¹⁹ SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000400005&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 15 de maio de 2020.

²⁰ Em conformidade com a concepção que Sposati, às limitações do regime produtivo propulsionam com que os indivíduos sociais identifiquem a noção genérica de igualdade inerente a todos os homens, reconhecendo então que perante as leis são os mesmos direitos e obrigações que conformam uma sociedade. Essa noção de igualdade – igual participação de todos na sociedade – aflora um sentimento de pertencimento dos indivíduos em prol da garantia por direitos jurídicos que compensem a desigualdade estrutural. Nesse sentido a cidadania tem como justificativa a busca pelos direitos sociais, mas se fundamenta na disparidade entre as classes. SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000400005&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 15 de maio de 2020.

ansiando por um projeto de ampliação da consciência sanitária e da noção do direito à saúde pública.

A década de 1980 e seus movimentos: reforma sanitária e reconceituação do serviço social

Segundo Paiva e Teixeira²¹, o processo pela política de saúde pública brasileira foi permeado com a crítica ao modelo que correspondia o interesse do mercado. Assim, envolveu atores motivados por modificar o modo operante do Estado com a conformação de um projeto que considerasse os determinantes conjunturais da realidade brasileira, atribuindo a prestação dos serviços de saúde como principal responsabilidade estatal e identificando que apenas a complementaridade da atenção poderia ser concedida ao âmbito privado.

Com o marco dessa proposta fortalecida em 1986, na VIII Conferência Nacional de Saúde – e sua formulação na Constituição Federal, em 1988 – a conquista pela reforma sanitária expressou a universalidade do acesso à saúde, o Estado como agente regulador e as bases para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) descentralizado e sob controle social, tendo como pressuposto a participação da comunidade no processo decisório²².

²¹ PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antônio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, RJ, v.20, n.2, abr.-jun. 2013, p.653-673. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702014000100015&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 10 de maio de 2020.

²² CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. A relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Reforma Sanitária Brasileira. In: *Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão*. Brasília, 2017, p. 09-20. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2020.

Relacionada à trajetória da saúde pública no Brasil, em um período que ainda carecia de atenção integral e que fomentava a conquista constitucional, o assistente social obtinha uma atuação interventiva com usufruto de técnicas burocráticas e normatizadoras a fim de conceder benefícios, ao mesmo tempo em que participava de espaços próprios para discussões almejando o rompimento com práticas executivas e imediatistas²³.

Nesse aspecto, Bravo e Matos²⁴ identificam que a relação entre o serviço social e o movimento da reforma sanitária deu-se a partir das reflexões frente à realidade brasileira e promoveu-se pela inserção dos atores comprometidos com as mudanças sociais. Isso ocorreu por meio de novas proposições de atenção à saúde, alicerçadas às posturas críticas com apresentações em Congressos e em conjunto às articulações aos Conselhos de Saúde.

Paralelamente, a categoria profissional revia os próprios conceitos e delineava seu espaço no mundo do trabalho. Assim, incentivada pela leitura da conjuntura social brasileira e com base no arsenal crítico-dialético marxista, o assistente social se reconheceu enquanto mediador no antagônico embate entre as classes e reestabeleceu seu compromisso com os trabalhadores, propondo um Projeto Ético-Político (PEP) com práticas

²³ BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. O projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, A. E. et. al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 199–215. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-3.pdf. Acesso em 05 de maio 2020.

²⁴ BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. O projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, A. E. et. al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 199–215. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-3.pdf. Acesso em 05 de maio 2020.

democratizantes correspondentes às necessidades dos indivíduos, das famílias e dos movimentos coletivos²⁵.

A consolidação do *Movimento de Reconceituação*, em 1993, segundo Iamamoto²⁶, resultou no Código de Ética profissional do assistente social, materializando os pilares do PEP em vista de uma sociedade justa e igualitária, defendendo os direitos sociais para todos e em contrariedade a qualquer tipo de discriminação, fomentando ainda a importância da autonomia, do empoderamento e da participação dos cidadãos.

Os pilares do PEP do serviço social se assemelham com as pretensões do movimento pela reforma sanitária, tendo relação direta com os princípios e diretrizes do SUS constitucional e de seu arcabouço legal, expressando a face pública e coletiva em prol dos interesses da classe trabalhadora e compromissos democráticos balizando a intervenção profissional.

Já as pretensões do movimento pela Reforma Sanitária que visam a qualidade de vida a partir da prevenção, proteção, promoção e manutenção da saúde que consideram o indivíduo como um todo integrado, identificam que o processo saúde-doença está inserido em um contexto abrangente. Desse modo, os elementos relacionados às condições socioeconômicas, culturais e ambientais que impactam as condições de vida e de trabalho, bem como as redes comunitárias e o estilo de vida dos indivíduos são reconhecidos como determinantes sociais de saúde influentes nesse processo²⁷.

²⁵ IAMAMOTO, Marilda. Villela. *O Serviço Social na Cena Contemporânea*. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.16-50. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2020.

²⁶ IAMAMOTO, Marilda. Villela. *O Serviço Social na Cena Contemporânea*. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 16-50. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2020.

²⁷ MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Enfoque Ecológico de Saúde e Qualidade de Vida*. In: MINAYO, M.C.S; et. al. *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro:

Considerando então que as mudanças ambientais incidem sobre a saúde e afetam a qualidade de vida, Minayo²⁸ retrata que as causas atribuídas às doenças são múltiplas, sendo que a interação entre fatores diversos desencadeiam diferentes situações de risco aos indivíduos.

Dentre os fatores influentes no processo saúde-doença, observa-se que a contaminação da água e dos alimentos, a ausência de saneamento básico, as condições insalubres, a poluição do ar, o manejo inadequado dos resíduos, as relações exploratórias de trabalhos, entre outros aspectos, condicionam a população à exposição às doenças, aos vírus e às infecções²⁹.

Ao buscar interferir nos determinantes sociais do processo saúde-doença, a intenção da saúde pública no Brasil se tornou um desafio constante. Essa perspectiva procurou superar a fragmentação e segmentação dos serviços de saúde, visando a atenção universal e efetiva.

Assim, para atuar no âmbito hospitalar com base na perspectiva que envolve a relação entre saúde e ambiente, considerando os determinantes sociais e as expressões da questão social, o assistente social é amparado por seu código de ética e por parâmetros que descrevem as proposições

Editora Fiocruz, 2002. p. 173 - 190. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/xkvy4/pdf/minayo-9788575413661.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2020.

²⁸ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Enfoque Ecosistêmico de Saúde e Qualidade de Vida. In: MINAYO. M.C.S; et. al. *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 173 - 190. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/xkvy4/pdf/minayo-9788575413661.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2020.

²⁹ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Enfoque Ecosistêmico de Saúde e Qualidade de Vida. In: MINAYO. M.C.S; et. al. *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 173 - 190. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/xkvy4/pdf/minayo-9788575413661.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2020.

interventivas. Além disso, obtêm acesso às diferentes resoluções e normativas importantes para assegurar os direitos dos usuários aos serviços³⁰.

Como proposição interventiva e respeito aos usuários que utilizam os serviços da saúde, o assistente social defende o direito à saúde pública e que os interesses da classe trabalhadora sejam levados em consideração. Ainda, fomenta a participação da sociedade nas instâncias dos Conselhos de Saúde, nas Conferências de Saúde e no controle social, buscando por estratégias resolutivas em que diferentes camadas sociais participem da produção e gestão dos bens coletivos, propiciando a ampliação de ação do Estado.

A conjuntura atual agravada pelo Covid 19

Conforme já citado, desde 2017, a agenda pública vem expressando a destituição dos direitos, principalmente no âmbito trabalhista, com os elevados índices de desemprego e das relações instáveis de trabalhos precários, implicando em condições mais vulneráveis aos cidadãos, que se encontram em situações de trabalhos desprotegidos, ao passo que o desmonte da proteção social impede a efetiva abrangência da política pública de saúde³¹.

³⁰ CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2010, p. 82. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 05 de maio de 2020.

³¹ YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. *Revista Serviço Social*, Londrina, v.21, n.1, p. 183 - 194, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215>. Acesso em 09 de maio de 2020.

A posição política adotada pelo país somada à crise sanitária consequentemente apresenta novos desafios à categoria profissional do serviço social, no âmbito da saúde pública, e também exhibe uma oportunidade para a classe trabalhadora reconquistar seu espaço na tomada de decisão, visando com que as políticas públicas correspondam às necessidades coletivas.

Para isso, é impreterível pensar em novas configurações de sociedades, que priorizem a natureza e as relações humanas por meio do consumo consciente e responsável em detrimento da demasiada produção que anseia por grandes lucros aos grupos específicos³².

Neste prisma, um dos desafios se encontra na democratização da informação frente à carência da acessibilidade, considerando que os grupos segregados do acesso informativo também estão mais expostos ao risco de contágio, devido à dificuldade para usufruto dos direitos constitucionais.

Reconhecendo que na natureza não é possível a ocorrência de saltos qualitativos, uma vez que seus processos são dinâmicos e consecutivos, pondera-se que a carência da proteção do Estado condiciona os indivíduos às situações de vulnerabilidades. Posto que, a escassez e a falta conduzem com que desprotegidos desenvolvam maneiras próprias de proteção e, em alguns casos, protegem-se com o que têm mais próximo de si, ao alcance das mãos.

A proposta em lançar a classe trabalhadora à própria sorte não é novidade ao sistema capitalista. No entanto, é algo que vem se intensificando com o projeto neoliberal e as destituições dos direitos sociais expressadas pelo Estado mínimo ao trabalhador, mas que se ampliam aos interesses do capital mundial.

³² COSTA, Lúcia Cortes da. A pandemia e a necessidade da solidariedade: como pensar no Brasil? In: CASTRO, Daniel; et. al. (Org). *Capitalismo e a COVID 19: um debate urgente*. São Paulo: 2020. p. 114 - 124. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

No Brasil, a preocupação com a desproteção dos cidadãos se agrava ao considerar o âmbito da saúde pública. Devido aos anos contínuos de desmontes, expressando a pior face com o boicote na Emenda Constitucional 95/2016, congelando os gastos com saúde pública por 20 anos, impossibilitou a materialização dos princípios da reforma sanitária e, no contexto pandêmico, denunciou o sufocamento do sistema de saúde³³.

O SUS, mesmo em meio aos seus impasses e desafios, atende a maior parte da população brasileira, inclusive absorvendo as demandas dos serviços mais complexos não realizados pelos planos de saúde³⁴. Nesse prisma, reduzir as ações em medidas de distanciamento social torna-se algo pequeno perto de um país tão desigual.

Durante a pandemia ocorreu modificações nos serviços de saúde, pautadas na definição de prioridades, com o cancelamento das consultas eletivas em ambulatórios e hospitais. Essas priorizações desafiam as diversas profissões de saúde e, no serviço social, tem como elemento fundamental embasar o olhar nas reflexões dos processos históricos já experimentados que impliquem no entrelaçamento com os determinantes sociais de saúde³⁵.

³³ CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. A relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Reforma Sanitária Brasileira. In: *Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão*. Brasília, 2017, p. 09-20. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 05 de maio de 2020.

³⁴ O artigo do CFESS apresenta que a gangorra de investimentos na cobertura dos serviços de saúde pública se tornou entrave para a materialização dos princípios e das diretrizes assegurados pela Constituição. Nesse sentido, o desmonte da saúde pública, seja pelo subfinanciamento do SUS, pelo fomento do Estado ao âmbito privado ou pela focalização de programas públicos específicos, expressam a forma estrutural e operante do sistema por diferentes governos, afetando diretamente a qualidade dos serviços, prejudicando os usuários e impossibilitando o potencial de abrangência da política de saúde. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. A relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Reforma Sanitária Brasileira. In: *Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão*. Brasília, 2017, p. 09-20. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 05 de maio de 2020.

³⁵ MATOS, Maurílio Castro de. *A pandemia do coronavírus (COVID 19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde*. Rio de Janeiro, abril de 2020. p. 09. Disponível em:

Para a materialização do PEP é necessária a formulação de propostas que correspondam aos interesses da classe trabalhadora. Assim, como um profissional que também faz parte da classe trabalhadora e que se reconhece enquanto sujeito com sua profissão, o assistente social toma consciência de si com ela e constitui a forma com que realiza suas leituras face às situações que cercam as realidades com que trabalha.

Desse modo, refletir sobre tais questões torna-se um exercício de historicização, em que as lentes com que se constrói as interpretações de mundo estão associadas aos processos históricos que envolvem a categoria profissional. Portanto, o assistente social conforma sua prática, bem como suas prioridades, a partir das experiências que historicamente vivenciou e ainda vive.

Considerações

Finalizando essa discussão, mas não findando o debate, pondera-se que esse momento requer disposição. Por isso, abordou-se sobre elementos para reflexão e não para o esgotamento da discussão, a partir da ênfase em uma narrativa cotidiana que apresenta a desproteção do Estado para com os indivíduos.

O mundo pós-pandêmico, provavelmente, não voltará a ser o mesmo. A devastação da natureza, a exploração do trabalho humano e a acumulação do capital, como potências sem precedentes, proporcionaram horizontes que conduziram a própria natureza reagir para obter proteção.

<http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2020.

O vírus, nesse sentido, veio como um limitador da expansão capitalista, chocando a sociedade no momento em que descortinou a violação ecológica e os direitos humanos negligenciados. Considerando, pois, que esse evento poderia ter sido atenuado, caso as ações de proteção ambiental fossem efetivas e o planejamento de medidas sanitárias antecipados³⁶.

As estratégias de distanciamento e/ou isolamento permitiram a observação do que realmente é essencial à vida humana, desvelando que elementos de serviços básicos como saneamento, acesso à água potável, à habitação, entre outros, não alcançam os indivíduos mais vulneráveis, que são segregados do direito à cidade.

A crise sanitária, inserida em uma conjuntura de crise do capital, ao mesmo tempo que explanou sobre a falta de investimento na saúde pública, a falta de educação em saúde e a carência na viabilização dos programas de promoção e prevenção, expôs possibilidade para a valorização da saúde pública, universal e igualitária a toda a população, não focalizada ao âmbito privado para a obtenção de lucro³⁷.

Com isso, abriu-se uma oportunidade para pensar em um novo modo de sociedade. Pois, reconhecendo que a globalização somada à invasão ao ambiente proporciona bases para ocorrências pandêmicas, o fim desta pandemia não significa o simples retorno à normalidade, sendo assim crucial repensar o modelo de produção almejando à reformulação da sociedade.

Ao se tratar do Brasil, há de se levar tempo para que a população exerça sua cidadania por meio do controle social, obtendo acesso às

³⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Grupo Almedina, Coimbra - PO, abril, 2020. p. 32. Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2020.

³⁷ COSTA, Lúcia Cortes da. A pandemia e a necessidade da solidariedade: como pensar no Brasil? In: CASTRO, Daniel; et. al. (Org). *Capitalismo e a COVID 19: um debate urgente*. São Paulo: 2020. p. 114 - 124. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

políticas públicas que satisfaçam seus interesses, com a conformação da igualdade e dos direitos humanos ancorados nos valores da solidariedade, da coletividade e da conscientização de classes.

Paralelo a isso, aos assistentes sociais atuantes no âmbito da saúde, é elementar a inter-relação com os aspectos conjunturais, a partir de uma leitura abrangente em relação ao que está latente. Portanto, uma intervenção profissional fundamentada no Código de Ética prioriza a defesa pela vida, com base no conjunto de valores democráticos que se relaciona com a luta política da sociedade civil.

Assim, parafraseando Santos³⁸, pondera-se que a retomada da reflexão é o que permite com que a sociedade avance em direção a um projeto revolucionário e, por fim, considera-se que a concretização do Projeto Ético-Político ocorre por meio das ações que promovem a igualdade, a coletividade, a justiça, a historicidade e a solidariedade, fundamentando os princípios de uma nova sociabilidade, em que o respeito à natureza e aos indivíduos proporcionam saúde e equilíbrio.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Suely de Oliveira; ARAÚJO Maria Arlete Duarte. A Inserção do Assistente Social no Complexo Hospitalar e de Atenção à Saúde da UFRN no Contexto da Agudização da Questão Social. *Revista Serviço Social*, Londrina, 2005, p. 07. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_suely.htm. Acesso em 05 de maio de 2020.
- BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. O projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, A. E. et. al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 199–215. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-3.pdf. Acesso em 05 de maio 2020.

³⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Grupo Almedina, Coimbra - PO, abril, 2020. p. 32. Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2020.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2010, p. 82. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 05 de maio de 2020.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. A relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Reforma Sanitária Brasileira. In: *Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão*. Brasília, 2017, p. 09-20. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2020.

COSTA, Lúcia Cortes da. A pandemia e a necessidade da solidariedade: como pensar no Brasil? In: CASTRO, Daniel; et. al. (Org). *Capitalismo e a COVID 19: um debate urgente*. São Paulo: 2020. p. 114 - 124. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. Villela. *O Serviço Social na Cena Contemporânea*. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.16-50. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2020.

LOPES, Márcia Helena Carvalho; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. COVID 19 e a proteção social: a contribuição do sistema único de assistência social - SUAS. In: CASTRO, Daniel; et. al. (Org). *Capitalismo e a COVID 19: um debate urgente*. São Paulo: 2020. p. 125 - 138. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

MARTINS, José. O capitalismo em coma induzido. *Revista Crítica da Economia*, abril, 2020. p. 14. Disponível em: <https://criticadaeconomia.com/2020/04/o-capital-em-coma-induzido/>. Acesso em 10 de maio de 2020.

MATOS, Maurílio Castro de. *A pandemia do coronavírus (COVID 19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde*. Rio de Janeiro, abril de 2020. p. 09. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Enfoque Ecosistêmico de Saúde e Qualidade de Vida. In: MINAYO. M.C.S; et. al. *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 173 - 190. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/xkv4/pdf/minayo-9788575413661.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2020.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: *III ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE"*. 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010, Serpa, Portugal. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/politica-social-ii/uma-face-contemporanea-da-barbarie-netto-j.p/view>. Acesso em 10 de maio de 2020.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antônio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *Revista*

História, Ciências, Saúde – Manguinhos, RJ, v.20, n.2, abr.-jun. 2013, p.653-673. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702014000100015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10 de maio de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Grupo Almedina, Coimbra - PO, abril, 2020. p. 32. Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2020.

SOUSA, Fernando José Pires; et. al. Saúde Pública e a sua importância na luta contra a pobreza e a exclusão social. In: CASTRO, Daniel; et. al. (Org). *Capitalismo e a COVID 19: um debate urgente*. São Paulo: 2020. p. 65 - 73. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000400005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 de maio de 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000400005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 de maio de 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. *Revista Serviço Social*, Londrina, v.21, n.1, p. 183 - 194, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215>. Acesso em 09 de maio de 2020.

Artigo recebido em 15/06/2020 e aprovado em 11/08/2020.